



MULTILINGUISMO E ATITUDES LÍNGÜÍSTICAS DE ESTUDANTES DE MIRANDA-MS

Patrícia Graciela da Rocha¹ & Fabiana Biondo²

Resumo

Este trabalho apresenta um panorama da realidade multilíngue de Miranda-MS, bem como as atitudes linguísticas de estudantes da escola básica do município, com o intuito de contribuir para dar visibilidade à diversidade cultural e linguística de nosso país. Investigamos as escolas de Educação Básica e elegemos alunos das séries finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da EJA como participantes da pesquisa, na qual investigamos: a) as línguas que circulam naquela região; b) a avaliação que os falantes fazem dessas línguas e, de modo relacionado, o c) o *status* que as diferentes línguas ocupam nessa comunidade. Como referencial teórico, trazemos estudos sobre bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo e, sob a ótica da sociolinguística laboviana, a ideia de avaliação linguística. O estudo possibilitou identificar um conjunto de 7 línguas circulando nas 6 escolas participantes da pesquisa: português, espanhol, inglês, guarani, terena, kaiowá e xinguana. Quanto às atitudes linguísticas dos estudantes, revelou-se o *status* de prestígio que as línguas inglesa, espanhola e portuguesa ocupam nessa comunidade multilíngue. Este fato parece-nos sublinhar um percurso no qual ideologias coloniais e neocoloniais afetaram os povos da região por meio de uma história de subjugação colonial dos indígenas, de seus costumes e aspectos culturais.

Palavras-chave: multilinguismo; atitudes linguísticas, Miranda-MS, línguas de prestígio, colonização.

Resumen

Este trabajo presenta una visión general de la realidad multilingüe de la ciudad de Miranda-MS, así como las actitudes lingüísticas de los estudiantes de la escuela básica de la ciudad, para contribuir a dar visibilidad a la diversidad cultural y lingüística de nuestro país. Elegimos estudiantes de los grados finales de la escuela primaria, secundaria y EJA como participantes en la investigación, en la que investigamos: a) los idiomas que circulan en esa región; b) la evaluación que los hablantes hacen de estos idiomas y, de manera relacionada, c) el estado que ocupan los diferentes idiomas en esta comunidad. Como marco teórico, traemos estudios sobre bilingüismo, multilingüismo, plurilingüismo y, en la perspectiva de la sociolingüística de los laboratorios, la idea de la evaluación lingüística. El estudio permitió identificar un conjunto de 7 idiomas que circulan en las 6 escuelas que participan de la investigación: portugués, español, inglés, guaraní, terena, kaiowá y xinguana. En cuanto a las actitudes lingüísticas de los estudiantes, reveló el *status* de prestigio que ocupan los idiomas inglés, español y portugués en esta comunidad multilingüe, que no parece estar vinculada solo a creencias y actitudes identificables a través de un binomio colonizado-colonizadores. Este hecho nos parece subrayar un camino en el que las ideologías coloniales y neocoloniales afectaron a los pueblos de la región a través de una historia de subyugación colonial de los pueblos indígenas, sus costumbres y aspectos culturales.

Palabras-chave: multilingüismo; actitudes lingüísticas, Miranda-MS, lenguas prestigiosas, colonización.

1 Professora Adjunta da UFMS/Campo Grande-MS. Professora Colaboradora no Mestrado em Estudos de Linguagens da UFMS.

2 Professora adjunta da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).



Introdução

A ideia de que o Brasil é um país monolíngue em português é um mito³ decorrente de um processo histórico de homogeneização linguística que legitimou o português como língua nacional única do Estado Brasileiro; todavia, esse continua sendo um tema polêmico que provoca discussões em diferentes esferas sociais.

Nas últimas décadas, a percepção de que esta é uma nação de muitas línguas foi sendo (re)construída por ações que seguiam na esteira de uma agenda política de valorização da diversidade, orientadas pela concepção de que as línguas representam recursos valiosos para demandas e reivindicações de diferentes grupos linguísticos, muitos dos quais presenciaram a perda ou substituição de suas línguas (OLIVEIRA, 2008) no século passado. Entretanto, mais recentemente, esse processo vem sendo ameaçado por uma política/ideologia nacional e também internacional avessa à diversidade de toda natureza e que representa um retrocesso social e, por vezes, até teórico.

Desde a Constituição de 1988, temos visto movimentos em direção ao reconhecimento da diversidade de línguas existente no país, o que se iniciou com o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas em relação às suas línguas e culturas. Tratam-se de ações que refletem os resultados das discussões em torno dos direitos linguísticos e do importante papel que as línguas desempenham na construção de identidades individuais e coletivas (OLIVEIRA, 2008).

Dentre algumas políticas linguísticas explícitas na forma de instrumentos legais, implementadas nas últimas décadas, podemos destacar a criação da lei que regulamenta o uso da Língua Brasileira de Sinais; os processos de cooficialização de diversas línguas no âmbito de governos municipais (línguas de imigração e línguas indígenas como a Tukano, o Nheengatu e a Baniwa em São Gabriel da Cachoeira - AM)⁴; o Seminário de Criação do Livro de Registro das Línguas promovido pelo IPHAN em 2006 e a criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil em 2010, do qual deriva o importante Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL (IPHAN, 2014) (OLIVEIRA, 2008).

Certamente, ainda há muito a ser feito em relação às Políticas Linguísticas para o Multilinguismo em um país continental como o nosso, com uma diversidade linguística e cultural igualmente ampla. No caso de Mato Grosso do Sul, nosso lugar de fala, vivemos a mistura de muitas culturas, de muitas línguas que se juntam e se mestiçam desde há muito tempo, principalmente por conta de alguns fatores sócio-históricos: a) *as migrações*: mineiros, paulistas, goianos que, movidos pela aventura, pela baixa densidade populacional e/ou a terra

³ Mito descrito por Bagno (2015).

⁴ A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira é descrita e analisada na dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, escrita por Fabiana Sarges da Silva e orientada pelo Prof. Dr. Frantomé B. Pacheco, em 2013.

fácil, investiram fortemente na pecuária abrindo fazendas e criando gado, além de paranaenses e gaúchos que vieram para o cultivo da terra e, mais recentemente, pernambucanos, baianos, alagoanos etc; b) *os nativos*: a população indígena⁵, a segunda maior do país, com mais de 60.000 pessoas e c) *as regiões fronteiriças*: espaços e habitantes com nítidas interferências na linguagem e na cultura da região. Outra característica desse estado são as relações comerciais e culturais frequentes com paraguaios e bolivianos, além de vínculos empregatícios nas fazendas dos Pantanaís (OLIVEIRA, 2006).

Nesse cenário de contato cultural e linguístico intenso, que propicia um ambiente de diversidade abundante, selecionamos, para este estudo, a cidade de Miranda, que faz parte do Pantanal Sul-Mato-Grossense e fica a 200 km da capital do estado. Para apresentar parte da realidade multilíngue daquele lugar e contribuir para dar visibilidade à realidade cultural e linguística de nosso país, escolhemos investigar as escolas de Educação Básica e elegemos os alunos do Ensino Fundamental (séries finais), do Ensino Médio e da EJA (1ª e 2ª fase) como participantes desta pesquisa, na qual investigamos: a) as línguas que circulam naquela região; b) a avaliação que os falantes fazem dessas línguas e, de modo relacionado, o c) o *status* que as diferentes línguas ocupam nessa comunidade.

Inicialmente, fazemos uma breve descrição da cidade de Miranda, contextualizando geográfica e culturalmente nossa pesquisa. Em seguida, trazemos o referencial teórico que utilizamos neste estudo, discutindo brevemente os conceitos de bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo e, sob a ótica da sociolinguística laboviana, a ideia de avaliação linguística. Na sequência, descrevemos a metodologia utilizada para elaboração do *corpus* da pesquisa e, por fim, discutimos dados sobre diversidade linguística em Miranda-MS.

O *locus* da pesquisa

Miranda é uma cidade de aproximadamente 28 mil habitantes, situada ao sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Pantanal Sul-Mato-Grossense (microrregião de Aquidauana). Tem como principais atividades econômicas a agropecuária, o comércio, as indústrias de cerâmica, o turismo de pesca e histórico e o ecoturismo.⁶

Fundada em 1778, a partir da construção do Presídio Nossa Senhora do Carmo do Rio Mondego, o lugar era um reduto construído pelo governador-general de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda, a mando do Capitão das Conquistas João Lemes do Prado, com o

5 O Estado de Mato Grosso do Sul possui hoje uma população indígena estimada em 63 mil pessoas, na qual se destacam os Kaiowá e Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató e os Ofaié, sendo que os Kaiowá e Guarani e os Terena apresentam-se com o maior contingente populacional; os primeiros com cerca de 40 mil pessoas, os Terena, com 23 mil pessoas e os Kadiwéu com uma população em torno de 1.500 pessoas. Fonte: <http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=23>. Acesso em 28/09/2019.

6 Dados retirados do DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE MATO GROSSO DO SUL 2015 realizado pela SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico http://www.semagro.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/Diagnostico_Socioeconomico_de_MS_20151.pdf. Acesso em 18/12/2019.

objetivo de defender a região contra possíveis ataques de “bandoleiros”, como eram chamados os Castelhanos de Assunção. Em 1865, o local é destruído pelas tropas paraguaias durante a Guerra do Paraguai. Em 1867, a então “Freguesia de Miranda”, juntamente com as freguesias de Albuquerque e Paranaíba, foram desligadas de Cuiabá, para a criação da Vila (município) de Miranda.⁷

Imagem 1: Vista aérea da cidade de Miranda/MS



Fonte: <https://www.aguasdopantanal.com.br/galeria-pt.htm>

A cidade é conhecida no Brasil por fazer parte da região turística pantaneira e pelo trem da antiga Estrada de Ferro *Noroeste do Brasil*.⁸ Ela também faz parte do roteiro terrestre em direção a Corumbá pela *Estrada Parque Pantanal Sul*.

De acordo com o IBGE, no último Censo (2010),⁹ o município de Miranda tem uma população de 6.475 indígenas (aproximadamente 25% da população local), formando a segunda

7 <http://www.opantaneiro.com.br/geral/miranda-completa-236-anos-de-fundacao-nesta-quarta-feira/117660>. Acesso em 18/12/2019

8 A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) era uma companhia ferroviária brasileira com extensão de 1622 quilômetros, construída na primeira metade do Século XX. Sua linha-tronco ia de Bauru-SP até Corumbá-MS, na divisa com a Bolívia, onde fazia integração com a rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra. Ela possui um ramal da estação Indubrasil, em Campo Grande-MS a Ponta Porã-MS, na divisa com o Paraguai, e outro de Corumbá-MS ao porto de Ladário-MS. Em Bauru-SP, já considerado o maior entroncamento ferroviário do país, se integra com a linha da E.F. Sorocabana que desce até a baixada santista, com a linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que começa em Jundiaí-SP e com a ferrovia Alta Paulista que segue paralela à NOB até a divisa com MS, em Panorama-SP (Na NOB, Castilho/Três Lagoas). O traçado da Noroeste ainda serve aos trens de celulose de Três Lagoas-MS até o porto de Santos-SP (descendo pela linha da Sorocabana após chegar em Bauru), aos trens de aço de Bauru-SP até a Bolívia e aos trens de minério das minas da região de Corumbá até o porto de Ladário-MS. Inicialmente de iniciativa privada, passou ao controle da União antes de ser completada (1917). Foi incorporada à criação da Rede Ferroviária Federal S.A. (1957), como uma de suas *regionais*. No processo de desestatização da RFFSA, a ferrovia foi concedida como Malha Oeste à Ferrovia Novoeste S.A., que em 2006 foi fundida juntamente com a Brasil Ferrovias à América Latina Logística, que em 2015 se fundiu à Rumo Logística, pertencente à Cosan, passando a ser Rumo-ALL, que ainda tem a concessão da malha oeste mesmo depois de tantas transições entre as concessionárias. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Noroeste_do_Brasil. Acesso em 10/11/2019.

9 Fonte: <http://www.sedhast.ms.gov.br/em-miranda-subsecretaria-indigena-levanta-demandas-que-nortearao-acoos-nas-aldeias/>. Acesso em 10/11/2019.

maior população indígena do Estado. A etnia predominante no município é a dos Terena, que manejam a terra e ainda se dedicam à produção de artesanatos que são vendidos principalmente no Centro Referencial da Cultura Terena, localizado próximo ao centro da cidade.

A população indígena de Miranda está distribuída, sobretudo, nas 9 aldeias do município: Moreira, Passarinho, Lalima, Argola, Babaçu, Cachoeirinha, Morrinho, Lagoinha e Mãe Terra. Esses povos são atendidos por 7 Escolas Indígenas de Educação Básica (4 municipais e 3 estaduais), que acolhem um total de 1.527 crianças e adolescentes.¹⁰ No entanto, muitos vivem na área urbana, onde também trabalham e estudam. Essa formação étnica da cidade aparecerá, mais adiante, no perfil e nas línguas indígenas faladas e/ou conhecidas pelos participantes desta pesquisa que são alunos de escolas urbanas.

Bilinguismo, multilinguismo e plurilinguismo

Os critérios para classificação de indivíduos e/ou dos territórios em monolíngues e bi/multilíngues não são consensuais entre os teóricos, assim como não o são as suas definições. Além do impasse que diz respeito à definição das características do sujeito bi/multilíngue, existe também a problemática dos binômios bi/multilinguismo e bi/plurilinguismo, usados frequentemente de maneira indistinta, ou sinônima, ainda que alguns autores proponham a diferenciação entre *multilinguismo* e *plurilinguismo*.

O Quadro Europeu Comum de Referência¹¹ define *multilinguismo* como sendo a coexistência ou conhecimento de diferentes línguas em uma dada sociedade, enquanto *plurilinguismo* seria a competência comunicativa do indivíduo em mais de um idioma. Nesse sentido, a primeira denominação seria de caráter social, enquanto a segunda seria de caráter individual.

Utilizaremos aqui a definição de Bagno (2017, p. 34), que trata por *bilíngue* “o indivíduo que domina com igual proficiência duas diferentes línguas”, e acrescenta que o termo pode ser aplicado para designar grupos sociais, ou seja, comunidades de fala em que o uso de duas línguas é corrente no cotidiano dos membros que a compõem – *bilinguismo social*. O autor define o termo *multilinguismo* como aquele que “caracteriza a existência, no interior de um mesmo território – dotado ou não de soberania política –, de diferentes comunidades linguísticas” (p. 297). Bagno adiciona a essa definição que se trata da situação mais comum em todas as sociedades humanas, pois, embora o número de línguas oficiais seja relativamente reduzido (cerca de 150 no mundo todo), são raros os exemplos de *monolingüismo absoluto* nesses países. No caso do Brasil e, especificamente, do estado do Mato Grosso do Sul, como

10 Dados de 2017 fornecidos pela COPEED – Coordenadoria de Políticas Específicas para Educação – da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

11 Documento publicado pela União Europeia em 2001 e que estabelece diretrizes para a descrição dos níveis de competência linguística para o aprendizado e ensino de línguas.

dissemos anteriormente, tem-se contexto de diversidade cultural e linguística bastante diferente do ideal monolinguista ainda apregoado em perspectiva colonizadora.

Oliveira (2016), por sua vez, faz uma distinção entre os termos *multilinguismo* e *plurilinguismo* que consideramos pertinente destacar aqui. Ele aponta para a presença de várias línguas numa localidade ou sociedade como *multilinguismo*, um termo apenas descritivo, portanto. Enquanto o *plurilinguismo* seria o termo que aponta para uma valorização positiva deste *multilinguismo*, a sua utilização como efetivo recurso para a vida das pessoas envolvidas nas práticas comunicativas em questão, para as instituições e para o país – somente neste caso, para o autor, tem-se, de fato, *plurilinguismo*: “assim, as nossas fronteiras são espaços multilíngues, mas dada a geopolítica dos Estados e muito especialmente do Estado brasileiro, recém começam a ser espaços plurilíngues” (p. 69).

Em relação ao *multilinguismo* encontrado na cidade de Miranda-MS e, tendo em vista nossos objetivos, optamos por destacar, neste estudo, a *avaliação linguística* que os participantes da pesquisa fazem acerca das diferentes línguas faladas naquele lugar. De forma relacionada, investigamos o *status* social que elas ocupam.

Avaliação linguística

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) propuseram, na obra que estabelece os fundamentos das reflexões sociolinguísticas de tradição americana, cinco problemas a serem solucionados por uma teoria da variação/mudança linguística; são eles: *restrição*, *transição*, *encaixamento*, *implementação* e *avaliação*. O que nos interessa, especificamente neste estudo, é o *problema da avaliação*.

Sabemos que a Sociolinguística Laboviana recusa tanto a perspectiva estática e homogênea existente na abordagem estrutural de Saussure, como a localização da língua na psique individual e o conseqüente apagamento da sua dimensão social/interacional. Trata-se de ver a língua como um fato social, uma estrutura heterogênea, cuja variabilidade e mudança se aliam a fatores de ordem social, estilística e linguística. Essa postura deixa clara a filiação de Labov aos trabalhos de Meillet, especialmente quanto à concepção de que a língua é tida como aspecto da estrutura social (SEVERO, 2011).

O problema da avaliação se fundamenta no princípio laboviano de que “o nível da consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que tem que ser determinada diretamente” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968], p. 124). Essa consciência social transcende uma simples reprodução do comportamento linguístico de pessoas em posições hierárquicas superiores, como teria proposto Bloomfield (SEVERO, 2011). Labov (2008 [1972]) levantou o problema da avaliação a partir da indagação de uma informante pertencente à classe média sobre o motivo de ela usar uma dada variante mesmo não tendo

essa intenção. Além disso, algumas de suas pesquisas mostraram que as mulheres tendiam a assimilar as formas inovadoras mais rapidamente que os homens, e os adolescentes eram fortemente suscetíveis a mudarem seu comportamento linguístico em decorrência da influência dos seus pares. Para o autor, todas essas questões estariam ligadas ao *problema da avaliação* e, conseqüentemente, a uma dada dinâmica das relações sociais, orientada por aspectos etários e de gênero, por exemplo.

O nível de consciência dos valores sociais das variantes linguísticas não é estável, sempre evidente e, tampouco, homogêneo para todos os grupos sociais. Dessa forma, o significado social não é compartilhado da mesma maneira por todos os indivíduos, uma vez que os sujeitos, dependendo do seu horizonte avaliativo, dos gêneros discursivos que utilizam e das esferas ideológicas em que se acomodam, são levados a avaliar de modos diferentes as variantes linguísticas (SEVERO, 2011). Todavia, é preciso notar que há variantes que não carregam nenhuma valoração social explícita, sendo usadas pelos sujeitos sem que haja um conhecimento compartilhado aparente.

Labov (2008[1972]) sistematizou, então, os diferentes níveis de percepção e valoração social das variantes em três conceitos: *os estereótipos* (de ampla avaliação), *os marcadores* (de avaliação mediana) e *os indicadores* (com pouca força avaliativa). Para ele, a heterogeneidade das avaliações não só reflete a estratificação social, como também a produz.

A partir desses conceitos, surgiram – baseando-se nas pesquisas de Lambert – técnicas¹² para mensurar reações sociais inconscientes à linguagem, que proporcionaram uma metodologia considerada “segura” e uma série de princípios empíricos para o estudo das reações subjetivas. Ao mesmo tempo, a “atitude” passou a ser tema de interesse não só dos psicólogos sociais, mas também dos linguistas, especialmente daqueles que se dedicavam à área da Sociolinguística, sobretudo em pesquisas voltadas para o estudo de línguas e dialetos em contato.

Atitudes e representações linguísticas

Para este trabalho adotaremos o sentido restrito de atitude, voltado à ciência linguística que, por sua vez, tomou emprestada a acepção da Psicologia Social, definindo-a como:

Uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir [...]. As atitudes desempenham uma função essencial na determinação do nosso comportamento; por

¹² Os testes de reação subjetiva, de acordo com Labov (2008 [1972]), permitem separar as variáveis linguísticas dos fatores pessoais. Uma técnica usada para tal é a dos “falsos pares”, usada por Lambert, que apresenta ao informante uma série de trechos gravados com as vozes dos mesmos falantes usando línguas ou dialetos diferentes. Depois da audição, pede-se que o informante faça julgamentos sobre as personalidades dos falantes. Como não há como saber que os mesmos falantes foram ouvidos antes, ele inconscientemente traduz suas atitudes sociais frente à língua mediante diferentes julgamentos sobre a honestidade, a confiabilidade e a inteligência dos falantes.

exemplo, afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias à sombra das quais vivemos (LAMBERT; LAMBERT, 1972 *apud* BOTASSINI, p. 110, 2015).

Rodrigues (1972, p.397) sintetiza *atitude social* como

Uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social¹³ definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto.

Dito de outra forma, a *atitude linguística* é uma manifestação da atitude social dos indivíduos, distinguida por centrar-se e referir-se especificamente tanto à língua como ao uso que dela se faz em sociedade. Ao falar de língua, inclui-se qualquer tipo de variedade linguística (atitudes diante de estilos, socioletos, dialetos ou línguas naturais diferentes). As atitudes linguísticas são, portanto, o reflexo e se refletem nas atitudes psicossociais, de modo que é difícil delimitar onde começa a atitude em relação a uma variedade linguística e onde termina a atitude quanto ao grupo social ou ao usuário dessa variedade (MORENO FERNANDÉZ, 1998).

Rodrigues (2012) afirma que é a partir do *status* dos falantes que as línguas são julgadas, especialmente por suas conotações sociais. Sendo assim, as atitudes linguísticas sobre a língua do outro estão diretamente ligadas a aspectos etnolinguísticos. Um exemplo disso são os países da América do Norte e Europa que são os mais poderosos economicamente, ao mesmo tempo, são os mais estimados pela maioria da população global. Consequentemente, as atitudes relacionadas à língua desses países, como a inglesa, são majoritariamente positivas, representando, assim, o seu prestígio. Essa afirmação poderá ser corroborada, mais adiante, na apresentação e análise dos nossos dados.

A base para que a atitude linguística seja efetuada remete a noções de representação linguística. Elas seguem um conjunto de imagens que são responsáveis pela associação direta do sujeito à sua língua (ou a uma outra língua).

As representações linguísticas são então constituídas pelo conjunto das imagens, das posições ideológicas, das crenças que têm os grupos sociais a respeito das línguas e das práticas linguísticas, suas e dos outros. Elas correspondem a tudo aquilo que os locutores dizem ou pensam das línguas que falam (ou da maneira como falam) ou das que os outros falam (ou do modo como falam). Reiteramos aqui o uso das expressões “grupo social”, “locutores” com o intuito de reforçar o caráter coletivo, grupal, social das representações (RODRIGUES, 2012, p. 365).

A representação linguística é o que vai determinar uma série de escolhas de cada indivíduo, como, por exemplo, a escolha de línguas a serem aprendidas. Os seus posicionamentos políticos, ideológicos, as suas referências culturais, ou até mesmo a identificação com certas cidades/

13 O objeto social pode ser uma teoria, situação, acontecimento, língua, dialeto, grupo, pessoa etc.

estados/países, são cruciais para a decisão de aceitar ou rejeitar uma língua.

Metodologia

A fim de investigar as línguas que circulam na região de Miranda, verificar a avaliação que os falantes fazem dessas línguas e examinar o *status* que as línguas ocupam nessa comunidade, aplicamos um *Teste de Atitude Linguística*¹⁴ com 6 perguntas acerca do seu perfil social, 11 perguntas objetivas que versavam sobre a(s) língua(s) falada(s) na região, sobre a variação e o preconceito linguístico e 2 perguntas abertas sobre essas mesmas questões. Os participantes são 877 alunos de seis Escolas Públicas de Educação Básica do município de Miranda (MS)¹⁵ e o alto número se justifica pelo nosso intuito de melhor compreender e dar visibilidade a um panorama geral bastante diversificado, com o qual nos deparávamos a cada nova visita a essa cidade, como docentes da Universidade Federal do estado. Para este trabalho, selecionamos apenas as respostas a 5 perguntas que se destinam a fazer um levantamento das línguas conhecidas (faladas ou apenas compreendidas) pelos alunos e a avaliar essas línguas, bem como expor suas preferências para o aprendizado, respectivamente.

No que se refere à abordagem, nossa pesquisa é de base qualitativa e quantitativa, pois nos preocupamos não apenas em coletar dados que proporcionassem números e percentuais a partir das alternativas que as questões apresentavam, mas também em abrir espaço para que os participantes pudessem manifestar sua opinião e fazer depoimentos acerca das questões levantadas. Dados mais específicos de depoimentos, no entanto, serão abordados em outros trabalhos, por uma questão de espaço e com o intuito de primeiramente apresentar um retrato mais geral das crenças sobre línguas na comunidade investigada.

Os participantes da pesquisa

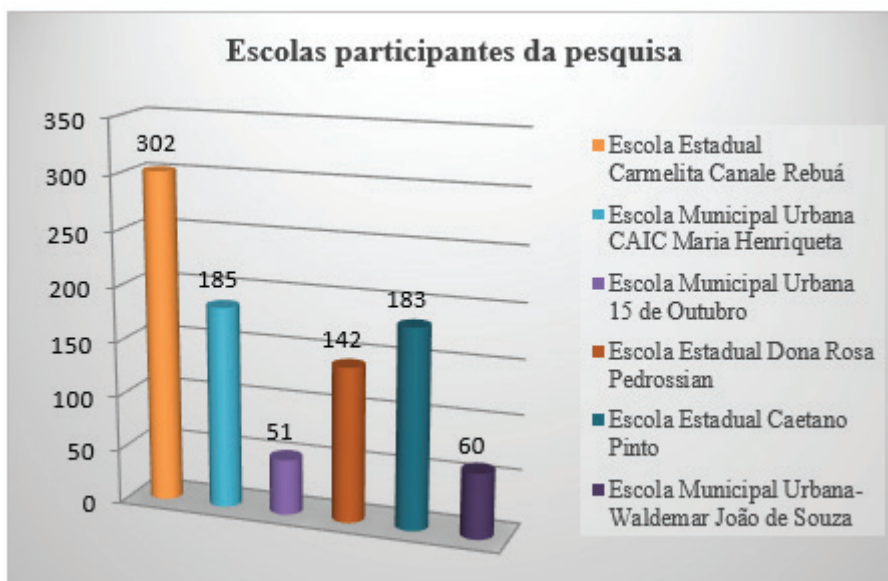
Como vemos no gráfico 1, os nossos dados provêm de 877 alunos matriculados em 6 escolas urbanas da cidade de Miranda, 3 delas pertencentes à rede Estadual de Ensino e as outras 3 à rede Municipal. No total, o município possui 13 escolas municipais, 5 estaduais e 4 privadas que atendem, aproximadamente, a 6.800 alunos.¹⁶ Sendo assim, nosso corpus compreende mais de 10% dos estudantes da Educação Básica daquela cidade.

14 A partir da perspectiva laboviana, Tarallo (1990) apresenta duas possibilidades de testes, *os testes de percepção e os testes de produção*. Nos testes de percepção, o informante deve opinar sobre a aceitabilidade de certas estruturas linguísticas; já nos de produção, o informante deve ser levado a produzir a variável optando por uma ou outra variante linguística. Embasados nesses autores, elaboramos nosso próprio teste que intitulamos *Teste de Atitude Linguística*, considerando que nosso foco era colher avaliações pessoais acerca das línguas e das variedades faladas na região e que “avaliar” é uma atitude.

15 Esta coleta foi realizada no primeiro semestre de 2018 por 12 acadêmicos do Curso de Letras Português e Espanhol/EAD da UFMS, Polo de Miranda, que realizaram tal atividade como parte das atividades que compunham o Estágio Obrigatório de Língua Portuguesa e Literatura, sob orientação de uma das pesquisadoras.

16 Dados de 2018 do IBGE: Fonte <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/miranda/panorama> acessado em 13/01/2020.

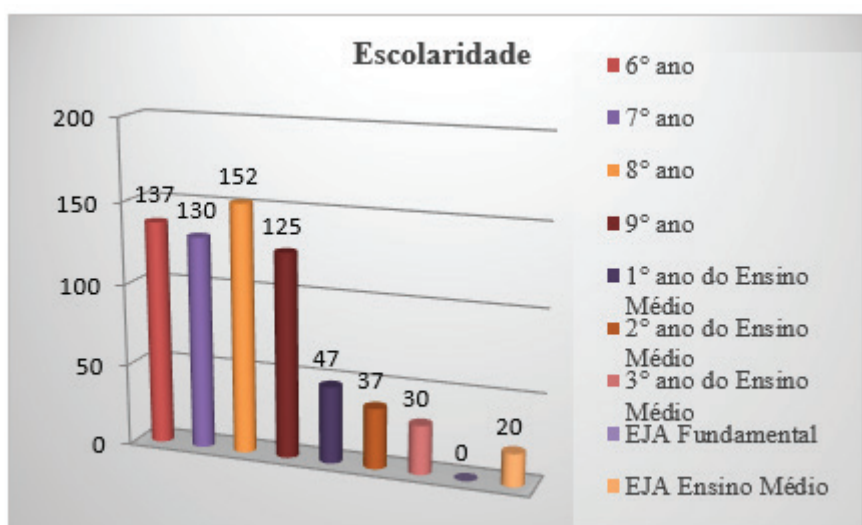
Gráfico 1: Escolas participantes



Dos alunos participantes da pesquisa, 477 se declararam do gênero feminino e 400 do gênero masculino. A maioria deles (511) pertence à faixa etária de 10 a 14 anos, 327 têm entre 15 a 18 anos e 38 têm mais de 18 anos.

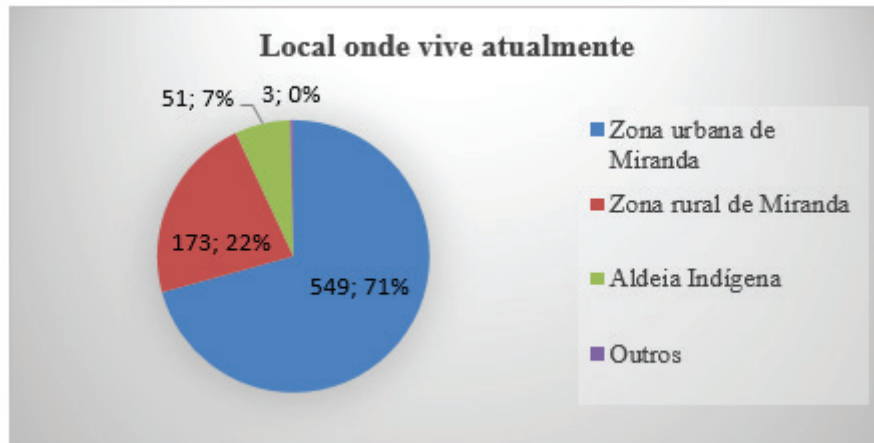
Quanto a escolaridade, eles estão distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 2: Escolaridade dos participantes



Interessa notar que, embora todas as escolas participantes da pesquisa estejam na zona urbana da cidade, muitos dos seus alunos vivem na zona rural e nas aldeias indígenas e, portanto, precisam se deslocar diariamente, por meio de transporte escolar fornecido pela prefeitura, para poder estudar. Como podemos visualizar no gráfico 3, a maioria (71%) dos alunos pesquisados vive na zona urbana de Miranda, 22% na zona rural e 7% em aldeias indígenas.

Gráfico 3: Local de residência dos alunos



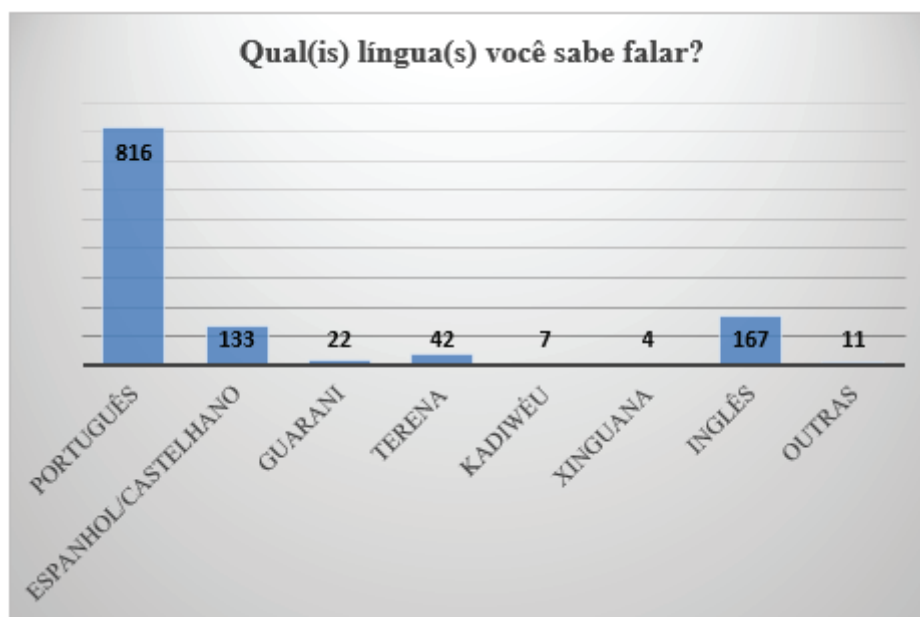
Embora todas as aldeias possuam escolas públicas, nem todas elas oferecem Educação Básica completa aos seus moradores e esse é um dos motivos para o deslocamento diário de alunos para as escolas urbanas, o que também acontece com alunos provenientes da zona rural. Chamamos a atenção para esses dados não apenas para situar os participantes do estudo, mas também para destacar a importância do Estado no comprometimento e garantia desse transporte para os estudantes.

O Multilinguismo nas escolas de Miranda/MS

Para fazer um levantamento simples sobre as línguas que circulam na região de Miranda-MS, uma das primeiras perguntas que fizemos para os participantes do estudo foi *Qual(is) língua(s) você sabe falar*. As respostas podem ser visualizadas no gráfico 4. Vale destacar que os alunos poderiam marcar mais de uma alternativa, de forma que obtivemos 1.202 respostas para esta pergunta. Era esperado que todos os 877 participantes marcassem a opção *português*, por ser a língua oficial do país. Mas, como vemos no gráfico, 4, 816 (93%)¹⁷ alunos responderam que sabem falar a língua portuguesa, 167 que sabem inglês, 133 espanhol/castelhano (inglês e espanhol são as línguas estrangeiras ensinadas nas escolas públicas de Miranda), 42 terena, 22 guarani, 7 kadiwéu, 4 xinguana (línguas de matriz indígena) e 11 afirmaram que sabem falar outras línguas, mas não quiseram nomeá-las.

¹⁷ Esse percentual diz respeito aos informantes e não às respostas. Como eles poderiam escolher mais de uma alternativa, existem percentuais de respostas e percentuais de escolhas; por esse motivo, acreditamos que será mais esclarecedor dar destaque aos números inteiros e deixar os percentuais entre parênteses.

Gráfico 4: As línguas faladas pelos alunos



Esse quadro ilustra o multilinguismo da região de Miranda, pois apresenta os números não só das línguas oficiais, faladas e ensinadas nas escolas do município, mas também das línguas étnicas dos povos indígenas¹⁸ que compõem o lugar. Os Terena são a maioria na região e também entre os participantes dessa pesquisa, pois 42 equivale a cerca de 5% dos alunos pesquisados, um percentual considerável, principalmente por se tratar de alunos de escolas urbanas.

De acordo com Ladeira (2018), a língua terena (da família Aruak) é falada pela maioria das pessoas que se reconhecem como Terena. Mas o seu uso e frequência é desigual nas várias aldeias e Terras Indígenas do Estado. Por exemplo, em Buriti e Nioaque – municípios próximos a Miranda/MS, são poucas as pessoas que a utilizam, enquanto na aldeia Cachoeirinha (em Miranda), há casos de jovens que dominam mal o português e se comunicam prioritariamente em língua terena.

Para a autora, é possível definir os Terena como um povo estritamente bilíngue que mantém a distinção entre a língua materna (indígena) e a língua “de contato” ou “de adoção” (o português), porém, a língua terena não teria para eles uma importância socializadora, no sentido de integrar o indivíduo em um mundo próprio, conceitualmente diferente do “mundo dos brancos”. De acordo com a antropóloga, o uso dessa língua está ligado a uma socialidade apenas afetiva, isto é, a língua materna não é usada nestas sociedades enquanto sinal diacrítico para afirmar sua diferença frente aos “brancos”. A autora acrescenta que os Terena têm orgulho de dominarem a situação de contato com a sociedade nacional e é este domínio que lhes permite

¹⁸ Existem 8 etnias indígenas existentes no Estado distribuídas em 74 tribos. Fonte: <http://www.sedhast.ms.gov.br/em-miranda-subsecretaria-indigena-levanta-demandas-que-nortearao-aco-es-nas-aldeias/>. Acessado em 14/01/2020.

continuar existindo enquanto um povo política e administrativamente autônomo (LADEIRA, 2018).

No gráfico 4, vemos que 22 participantes afirmaram que sabem falar guarani, uma língua também de matriz indígena amplamente utilizada na região por conta da proximidade com o Paraguai (onde a língua é oficial) e com a região de fronteira, o que proporciona uma intensa troca cultural e linguística, além de imigração de ambos os lados. Trata-se de uma língua muito popular em Mato Grosso do Sul, tanto que em 24 de maio de 2010, a cidade de Tacuru, que fica no sul do Estado, adotou o guarani como língua oficial, além do português. A lei sancionada na data determinou que ninguém poderá sofrer discriminação pela língua de que faça uso e destaca o respeito e a valorização às variedades do guarani, como o kaiwoá, o nhandeva e o embiá. A lei determina, ainda, que a prefeitura de Tacuru deverá apoiar e incentivar o ensino da língua guarani nas escolas e nos meios de comunicação. Políticas Linguísticas dessa natureza reconhecem o multilinguismo regional e fomentam o seu uso, embora muitas outras ações sejam necessárias para que as cidades sejam de fato plurilíngues, nos termos de Oliveira (2016).

Nos últimos anos, o consulado regional paraguaio começou a oferecer cursos de guarani em parceria com o Instituto do Chamamé, Polca e Guaranía de Mato Grosso do Sul para quem quisesse aprender a língua. Eles são ofertados não só aos descendentes, imigrantes paraguaios e povos indígenas do Estado, mas também a brasileiros que não conhecem o idioma. Segundo o cônsul do Paraguai em Mato Grosso do Sul, ministro Angel Adrián Gill Lesme, o guarani já está presente no dialeto de muitos brasileiros, e ainda mais em Mato Grosso do Sul, que possui o maior número de imigrantes e descendentes paraguaios e a segunda maior população indígena do país. “Ele já é muito falado. Só de paraguaios e descendentes há mais de 70 mil pessoas. Tem tanto nome de município e rios em guarani aqui, como o sul-mato-grossense não vai conhecer?” (MODENA, 2016, s/n).¹⁹

Dentre as línguas indígenas faladas pelos participantes da pesquisa, apareceram também, em menor número, o kadiwéu e o xinguana, 7 e 4 respectivamente, como podemos visualizar no gráfico 4.

De acordo com Pechincha (2019),²⁰ os Kadiwéu pertencem à família linguística Guaikurú, na qual se incluem outros povos do Chaco, que são os Toba (Paraguai e Argentina), os Emók, ou Toba-Mirí (Paraguai), os Mocoví (Argentina), os Abipón (extintos) e os Payaguá (extintos). Dentre esses grupos Guaikurú, os Kadiwéu são os mais setentrionais e o único localizado a leste do rio Paraguai, no Brasil. Alguns velhos, mulheres e sobretudo as crianças falam apenas o Kadiwéu. Um bom número dentre os Kadiwéu, contudo, se comunica com facilidade em português. Há, na língua Kadiwéu, muitas diferenças entre as falas masculina e feminina. A

¹⁹ Fonte: Cassia Modena, *Jornal Correio do Estado* <https://www.correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/cresce-interesse-no-estado-pelo-aprendizado-do-guarani/289477/> Acessado em 14/01/2020.

²⁰ Fonte <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kadiw%C3%A9u> Acessado em 14/01/2020.

antropóloga destaca que os descendentes de Terena que vivem entre os Kadiwéu usam apenas o português para se comunicar na aldeia (não usam a língua Terena nem entre si). Entretanto, mesmo que não falem, entendem perfeitamente o Kadiwéu, pois é nesta última língua que são interpelados.

Já a língua xinguana é minoritária nesse contexto específico e não encontramos nenhum registro oficial. Nossa hipótese é de que ela tenha sido nomeada dessa forma pelos moradores locais por se tratar de uma língua falada por indígenas migrantes provenientes do Parque Xingu, situado no estado vizinho de Mato Grosso, e que por não saberem ao certo a qual família linguística pertenciam, fizeram tal generalização. Ou seja, aqueles que vieram do Xingu falariam uma língua xinguana.

No nosso teste, também perguntamos aos alunos sobre as línguas que eles entendiam, mas não falavam, pois, baseados em alguns relatos e em nossa vivência com acadêmicos indígenas, tínhamos a hipótese de que muitos deles não eram incentivados pelos mais velhos a falar as suas línguas maternas para que não “sofressem” quando fossem estudar nas escolas urbanas. Essa suposição parece ter sido confirmada, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5: Línguas entendidas pelos alunos



Como podemos verificar, o número de participantes que afirmaram entender, mas não falar as línguas elencadas é maior para todas as línguas, exceto para a portuguesa, o que já era esperado. Acreditamos que aqueles 211 que marcaram essa opção, o fizeram apenas para reafirmar que também entendem essa língua. É importante observar, mais uma vez, que os alunos podiam marcar mais de uma alternativa. Quanto ao Espanhol e ao Inglês, ensinados nas escolas, os números cresceram consideravelmente se compararmos ao gráfico 4, pois agora 455 alunos afirmaram entender, mas não falar a língua espanhola e 319 afirmaram o mesmo para a língua inglesa.

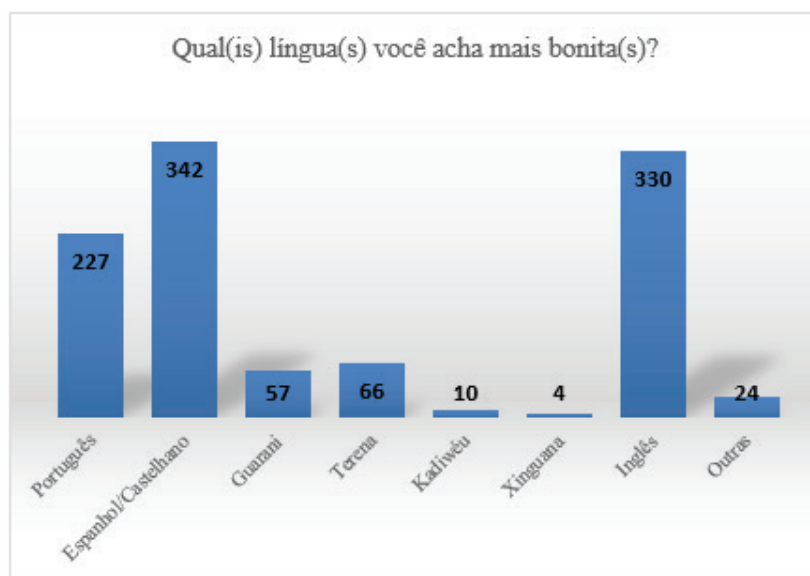
Em relação às línguas de matriz indígena, o número também é maior para todas as alternativas em comparação com o gráfico 4, pois 94 alunos afirmaram entender o guarani, 79 o terena, 15 o kadiwéu, 12 o xinguana e 25 outras. Essas respostas confirmaram a hipótese, levantada em observação e nos depoimentos dos estudantes, de que embora os mais velhos se comuniquem por meio da língua materna indígena, nem todos incentivam os seus filhos a falarem tal língua. Muitas vezes com medo de que sejam ridicularizados e/ou inferiorizados, conforme alguns indígenas nos relataram.

Atitudes e prestígio linguístico

Na terceira parte do teste perguntamos aos alunos: *Se sua resposta foi sim para a pergunta anterior, qual(is) língua(s) você acha mais bonita?*²¹ Conforme fizemos nas questões anteriores, indicamos como possibilidades de respostas *português, espanhol/castelhano, guarani, terena, kadiwéu, xinguana, inglês e outras*. Eles tinham a possibilidade de não marcar nenhuma alternativa ou também de marcar mais de uma e aqueles que marcassem a opção “outras” poderiam escrever qual língua seria.

Conforme gráfico 6, as línguas oficiais são as consideradas *mais bonitas* e “coincidentemente” aparecem as línguas estrangeiras ensinadas nas escolas do município – o inglês e o espanhol – com 342 e 330 “votos” respectivamente, seguida pelo português, com 227 preferências. Enquanto isso, as línguas de matriz indígena – guarani (57), terena (66), kadiwéu (10) e xinguana (4) – são avaliadas como *mais bonitas* por menos alunos, um número semelhante ao daqueles que entendiam essas línguas (gráfico 5).

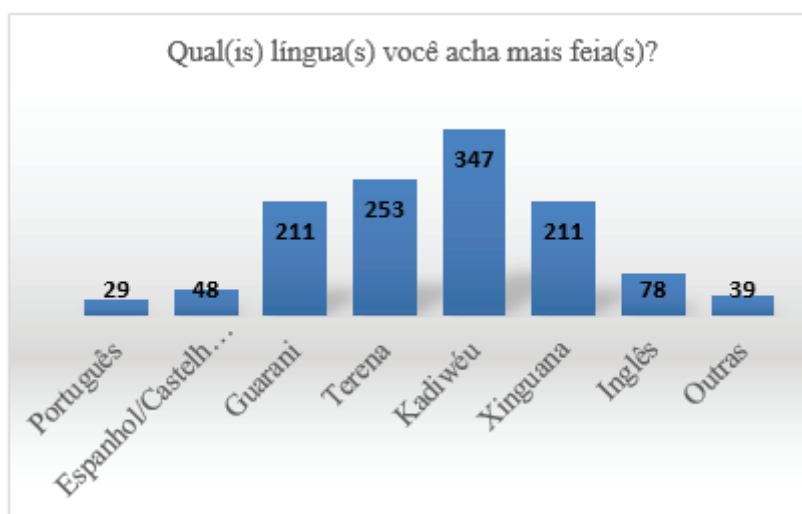
Gráfico 6: As línguas de maior prestígio



21 Na questão anterior, perguntamos se eles consideravam alguma(s) língua(s) mais bonita(s) que outra(s), ao que a grande maioria (94%) respondeu sim. Diante disso e das demais demandas identificadas no estudo, notamos a importância da criação de um projeto de ensino, nas escolas, que discuta questões ligadas a preconceito linguístico e multilinguismo. O projeto deverá ocorrer no ano de 2020.

Para testar de uma forma diferente o prestígio linguístico das línguas faladas na região, perguntamos aos estudantes: *Se você considerou alguma(s) língua(s) mais bonita(s) que outra(s), qual(is) língua(s) você acha mais feia(s)?*, indicando as mesmas possibilidades de respostas da questão anterior. Embora soubéssemos que possivelmente os resultados para essa questão fossem inversamente proporcionais aos apresentados no gráfico 6 – o que de fato se confirmou, conforme gráfico 7 –, nosso intuito era verificar se, de fato, os estudantes confirmavam o prestígio que atribuem às línguas também pelo aspecto negativo. Do mesmo modo, ficou confirmado o prestígio maior pelas línguas oficiais e o menor prestígio pelas línguas de matriz indígena, que foram avaliadas como as “mais feias” pelos alunos:

Gráfico 7: As línguas de menor prestígio



Dentre as línguas consideradas “mais feias”, vemos em primeiro lugar a kadiwéu, com 347 escolhas, a terena com 253 e a guarani empatada com a xinguana, com 211. Dentre as menos escolhidas vemos a língua inglesa com 78, a espanhola com 48, a portuguesa com 29 e outras com 39.

Sabendo que todas essas línguas estão presentes na realidade desses alunos, com maior ou menor intensidade, a força hegemônica do inglês e do espanhol é claramente constatada nessas respostas. Como bem menciona Rodrigues (2012), as atitudes linguísticas sobre a língua do outro estão diretamente ligadas aos aspectos etnolinguísticos e, portanto, aos países da América do Norte e Europa, que são mais poderosos economicamente. Além de serem os colonizadores, também são os mais estimados pela maioria da população global e, conseqüentemente, as atitudes relacionadas à língua inglesa, principalmente, são positivas, representando, assim, o seu prestígio e, ao mesmo tempo, o *status social* dos seus falantes.

Por outro lado, as línguas indígenas são as menos assinaladas pelos alunos na categoria *mais bonitas* e as mais avaliadas como *mais feias*. Claramente elas não compartilham do mesmo *status* dos protagonistas globais – inglês e espanhol. Pelo contrário, elas representam o antagonismo social/político/econômico dos seus falantes.

Esse desprestígio em relação às línguas de matriz indígena é possivelmente reflexo de um racismo histórico anti-indígena no Brasil. De acordo com Marquese (2005 apud MILANEZ et al, 2019), os povos indígenas foram os primeiros a serem escravizados na nova colônia – a força de trabalho empregada na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil, por exemplo, foi predominantemente nativa – antes da escravização dos africanos capturados e deportados de seu continente original, que começaram a ser traficados em meados do século XVI.

De acordo com os autores, se os Ameríndios foram os primeiros a serem escravizados, os trabalhos que mostram as consequências (e a continuação) dessa escravidão ainda recebem pouca atenção; mas, como afirma Kabengele Munanga,²² muitas das dificuldades que os indígenas encontram hoje estão diretamente relacionadas com a escravidão do passado. Ou seja, a escravidão não ficou em outro tempo; como nunca foi coibida, ela foi negada e até hoje é possível constatar frequentes denúncias de escravidão indígena nas fronteiras agrícolas, como entre os Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul ou nos subempregos em lavouras de soja no Mato Grosso.

Nesse sentido, não se pode negar que um desprestígio (ou um racismo) social e cultural esteja diretamente relacionado a um desprestígio linguístico, pois a língua é um componente cultural e carrega consigo, dentre outros elementos, uma grande carga identitária.

Quanto ao português, ele aparece em terceiro lugar nas avaliações positivas (227) e tem poucas avaliações negativas (29), indicando que a língua oficial dos colonizadores do Brasil é prestigiada pelos participantes desta pesquisa. Acreditamos que isso possa ser um dos resultados das políticas linguísticas de *monolingüismo*, implementadas ao longo dos últimos séculos, bem como das vivências de subjugação dos povos indígenas durante anos, em território brasileiro.

Não podemos deixar de lembrar que o Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, teve por política, durante quase toda a história, a tentativa de impor o português como a única língua legítima. A política linguística sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de *glotocídio*²³ (assassinato de línguas) através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa, vista como *aliada do império* (OLIVEIRA, 2008).

Algo semelhante aconteceu com o espanhol no restante da América colonizada pelo império ibérico. Embora a resistência social/cultural do seu povo tenha conseguido garantir algum espaço, como é o caso da oficialização do guarani do Paraguai na sua Constituição de

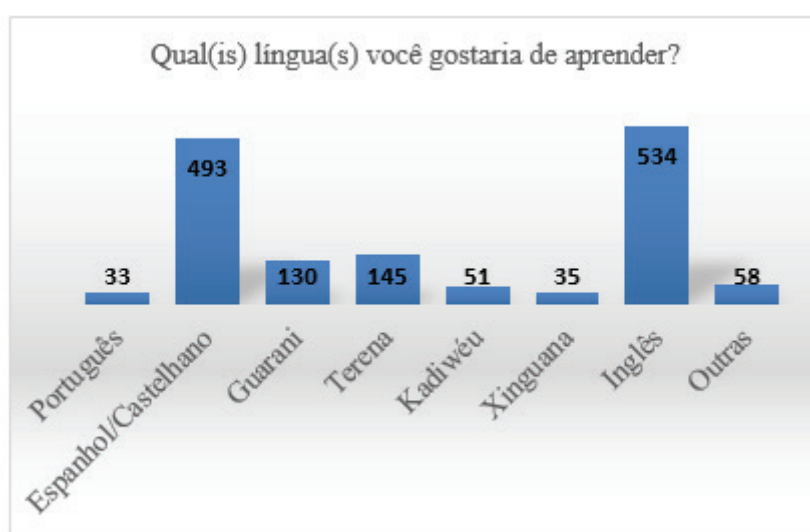
22 Representante indígena entrevistado pelo autor.

23 A história linguística do Brasil poderia ser contada pela sequência de políticas linguísticas homogeneizadoras e repressivas e pelos resultados que alcançaram: somente na primeira metade deste século, segundo Darcy Ribeiro, 67 línguas indígenas desapareceram no Brasil – mais de uma por ano, portanto. Das 1.078 línguas faladas no ano de 1500, ficamos com cerca de 170 no ano 2000, (somente 15% do total) e várias dessas 170 encontram-se já moribundas, faladas por populações diminutas e com poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante (OLIVEIRA, 2008. p. 3 e 4).

1992, há claramente um processo que segue promovendo a língua espanhola e silenciando a língua guarani naquele país (COLAÇA, 2016). Assim, as avaliações dos alunos acerca do espanhol e do guarani – gráficos 6 e 7 – são mais um indicativo do *status* que cada língua ocupa dentro e fora do Paraguai, pois, embora o guarani seja uma língua oficial, ela recebe as mesmas avaliações negativas das demais línguas indígenas, ao contrário do que acontece com o espanhol.

Ao final dessa seção de questões, para identificar as “preferências” linguísticas dos alunos para a aprendizagem, perguntamos a eles: *Qual(is) língua(s) você gostaria de aprender?* As respostas seguiram a mesma linha das obtidas em perguntas anteriores, conforme mostra o Gráfico 8:

Gráfico 8: Línguas para se aprender



Como vemos, os números expressos no gráfico 8 vão na mesma direção daqueles expressos no gráfico 6, ou seja, as línguas mais prestigiadas são aquelas que se deseja aprender, pois 534 estudantes manifestaram que gostariam de aprender o idioma inglês; 493 gostariam de aprender o espanhol; 145 o terena, 130 o guarani, 51 o kadiwéu, 58 outras, 35 o xinguana e 33 o português. Esse último dado é, no mínimo, curioso, pois sugere que esses alunos, embora vivam e estudem no Brasil, julgam que ainda precisam aprender o português.

A partir desses resultados, podemos sugerir que os jovens e adolescentes consultados, em sua maioria, têm mais prestígio pela língua inglesa e espanhola, em detrimento das línguas indígenas. No Brasil, essa prática vem sendo reforçada por uma política linguística que torna obrigatório o ensino do inglês na Educação Básica e do espanhol como optativa apenas no Ensino Médio, de acordo com a nova BNCC.

De acordo com Aguilera (2008), as atitudes de valorização ou de rejeição às línguas em uso, ou de suas variedades, são reguladas pelos grupos sociais de maior prestígio social, ou os mais altos na escala socioeconômica, os quais ditam o que tem prestígio e *status*. Para a autora,

prestígio e status relacionam-se com o reconhecimento da sociedade em função da condição socioeconômica e cultural que possuem os sujeitos (poder aquisitivo, capacidade intelectual, posição social, entre outros).

Considerações finais

O estudo nos permitiu identificar 7 línguas circulando nas 6 escolas participantes da pesquisa que, provavelmente, também são encontradas em toda a região de Miranda-MS: português, espanhol, inglês, guarani, terena, kaiowá e xinguana. Um número bastante expressivo de línguas, sobretudo se considerarmos que se trata de um município de pequenas proporções geográficas – o que ressalta os contornos colonizadores e míticos do monolinguismo intitucionalizado.

Além disso, verificamos que os alunos avaliam mais positivamente e, portanto, atribuem maior prestígio ao espanhol, ao inglês e ao português, respectivamente. Enquanto avaliam negativamente e, portanto, dão menor prestígio às línguas de matriz indígena: kadiwéu, terena, xinguana e guarani, respectivamente. A nosso ver, mais um dado que acentua uma política colonizadora instituída por séculos e ainda enormemente presente em nossa sociedade, a despeito daqueles que não conseguem ou não querem ver ou reconhecer a dimensão multilinguística do Brasil, bem como (e de modo interligado), sua variedade cultural e as relações de poder estabelecidas.

Acompanhando a lógica da avaliação linguística, as línguas que são objeto de desejo para a aprendizagem dos estudantes investigados são, majoritariamente, o inglês e o espanhol. Um resultado que se soma aos demais ao salientar o *status* que as diferentes línguas ocupam nessa comunidade multilíngue. Um *status* que, a nosso ver, não está ligado a crenças e atitudes identificáveis por meio de um binômio colonizador-colonizado, mas que se misturaram e dissolveram entre esses povos por meio de uma história cruel de subjugação dos indígenas e de seus costumes e aspectos culturais. Ao mesmo tempo, ao ouvir o que foi dito pelos indígenas que participaram deste estudo, há uma clara assimilação das línguas/culturas tidas como de prestígio, bem como um aparente conforto em relação a isso. O que não pode ser desconsiderado por nossa visão como pesquisadoras.

Nesse sentido, acreditamos que é fundamental que essas questões sejam discutidas não só na escola, mas na comunidade de uma forma geral, pois sabemos que as crenças e as atitudes linguísticas podem afetar os fenômenos específicos de um idioma, as suas variedades ou a língua em sua totalidade e as línguas maternas e estrangeiras que vivem ou não em uma mesma comunidade de fala, isto é, as línguas em contato. Para Moreno Fernandez (1998), as consequências dessas crenças e atitudes são variadas, mas a mais grave é o estímulo à discriminação linguística.

Referências

- AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes lingüísticas: quem fala a língua brasileira? In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Português brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2008. p. 311-333
- BAGNO, M. *Preconceito Lingüístico*. 56ª ed. Revista e ampliada – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, M. *Dicionário crítico de sociolinguística*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BOTASSINI, J. O. M. A Importância dos Estudos de Crenças e Atitudes para a Sociolinguística. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 18/1, p. 102-131, 2015.
- COLAÇA, J.P. As Políticas de Línguas sobre o Guaraní no Paraguai e o Bilinguismo Imaginário. *Matraga: Rio de Janeiro*, v.23, n.38, 2016.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Ed. Parábola, 2008 [1972].
- LADEIRA, Maria Elisa. Povos indígenas no Brasil, 2018. Instituto socioambiental. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>>. Acesso em: 16/01/2020.
- MILANEZ, F. et al. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, Sept. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000302161&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Jan. 2020. Epub Sep 16, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>.
- MODENA, C. Cresce interesse no Estado pelo aprendizado do Guaraní. *Correio do Estado*, 2016. Disponível em: <<https://www.correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/cresce-interesse-no-estado-pelo-aprendizado-do-guarani/289477/>> Acesso em 16/01/2020.
- MORENO FERNANDES, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.
- OLIVEIRA, D. P. O Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 9/2, p. 169-183, dez. 2006.
- OLIVEIRA, G.M. *Plurilinguismo no Brasil*. IPOL: Brasília, 2008.
- OLIVEIRA, G. M. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. *Revista GeoPantanal*. UFMS/AGB. Corumbá/MS. N. 21, 59-72. Jul./Dez. 2016.

PECHINCHA, M.T.S. Povos indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental, 2019. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kadiw%C3%A9u> > Acesso em 16/01/2020.

RODRIGUES, A. *Psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

RODRIGUES, C. B. Atitude, imaginário, representação e identidade linguística: aspectos conceituais. *Caderno do CNLF*. v. 16, n. 4, p. 362-372, 2012.

SEVERO, C.G. Entre a Sociolinguística e os Estudos Discursivos: o problema da avaliação. *Revista Interdisciplinar*. Ano VI, V.14, p. 7-15, 2011.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. I. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Parábola, 2006 [1968].